

Senadores pedem fitas completas à Polícia Federal

Conteúdo das gravações decepciona Antonio Carlos Magalhães. Hoje, serão ouvidos o embaixador Júlio César Gomes dos Santos e o empresário José Afonso Assumpção



Na primeira reunião das comissões, os senadores ouviram as fitas do "grampo" e marcaram depoimentos

Na sua primeira reunião, quando ouviram fitas de escuta telefônica, as três comissões do Senado encarregadas de examinar o caso Sivam decidiram ontem requisitar à Polícia Federal fitas com a gravação completa da escuta telefônica feita na casa do ex-chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto, embaixador Júlio César Gomes dos Santos. As comissões são as de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos.

Na presidência do trabalho conjunto das comissões, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que houve decepção com o conteúdo das fitas ouvidas ontem, em reunião secreta, e que elas estão incompletas. O relator dos trabalhos, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que as comissões decidiram convocar para depoimentos, às 17h de hoje, o embaixador Júlio César e o empresário José Afonso Assumpção, da Líder Táxi Aéreo, os quais falam das dificuldades de aprovação do Sivam no Senado, conforme a escuta telefônica.

Para ACM, o conteúdo das fitas ouvidas ontem não dá motivo para se criar uma CPI, e o fato de as fitas estarem incompletas "não significa que o governo esteja escondendo alguma coisa". O caso Sivam foi comentado em discursos em plenário por Jádler Barbalho, Jefferson Peres, Ademir Andrade e Josaphat Marinho. **Página 3**

Hidrovia do São Francisco exige pouco investimento

A "obra sfntese" das reivindicações sugeridas no relatório final apresentado à Comissão Especial do São Francisco é a hidrovia que permitirá a ligação intermodal de Minas Gerais e do sudeste brasileiro com o Nordeste, afirmou ontem o relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), acrescentando que



Waldeck Ornelas

ela vai exigir apenas R\$ 10 milhões de recursos públicos para sua implantação. "O restante ficará a cargo da iniciativa privada", esclareceu.

Waldeck explicou que o relatório é o resultado dos debates realizados durante os sete meses de funcionamento da comissão presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-

AL). O relatório propõe ações específicas voltadas para o Cerrado Setentrional, abrangido pela Bacia do São Francisco e para a agricultura irrigada e defende a transformação da Codevasf em empresa de economia mista.

Ornelas destacou que, por sugestão da Comissão, foram incluídos os sistemas de irrigação na Lei de Concessões dos Serviços Públicos.

Comissões debatem bancos com Malan

Não haverá doação de recursos públicos para o saneamento do sistema financeiro, garantiu o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao depor ontem perante a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão Mista encarregada de analisar a medida provisória que trata do sistema financeiro nacional. Malan respondeu aos questionamentos de diversos senadores. **Página 4**

Estados perdem com reforma, prevê Mauro

Página 4

Senado regulamentar produção de dietéticos

Fabricantes que infringirem novas normas serão punidos pela legislação sanitária e terão seus produtos imediatamente apreendidos

Hollanda destaca 170 anos de jornal

Os 170 anos do *Diário de Pernambuco* foram lembrados ontem pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), que destacou a luta do jornal em favor das liberdades em todos os campos, especialmente contra a escravidão negra.

- Nas páginas do *Diário de Pernambuco* escreveram, entre outros destacados abolicionistas, intelectuais do porte de Castro Alves, Joaquim Nabuco e José Mariano - disse. O jornal, conforme o senador, publicou na íntegra na edição de 13 de maio de 1888 o decreto de Abolição do Trabalho Escravo e a sanção da Lei Áurea pela princesa Isabel.



Cabral (D), ao lado de Sarney: lançamento prestigiado

Bernardo Cabral lança livro sobre hidrovias

"O papel das hidrovias no desenvolvimento sustentável da Região Amazônica brasileira" é o título do livro lançado ontem pelo senador Bernardo Cabral (AM). Com 500 páginas, o volume reúne entrevistas, discussões técnicas e uma ordenação de informações dispersas por variada bibliografia.

Apresentado ao Plenário do Senado em agosto último, o livro foi editado pelo Centro

Gráfico do Senado e segundo o presidente da Casa, José Sarney, demonstra que o trabalho dos senadores se destina à comunidade. Sarney destacou que o estudo constitui subsídio inigualável ao estudo dos transportes intermodais. Bernardo Cabral informou que o livro representa um trabalho de mais de seis meses e significa a realização de um antigo sonho seu.

Os senadores aprovaram na sessão deliberativa de ontem emenda da Câmara a projeto de lei do Senado que disciplina a padronização, classificação, inspeção e registro de bebidas dietéticas. A emenda acrescenta nova redação ao artigo 3º do projeto apresentado em 1985 pelos então senadores Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, sujeitando os infratores a punição pela atual legislação sanitária e estabelecendo a imediata apreensão do produto objeto da infração. O projeto vai à sanção presidencial.

O relator da matéria, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), em seu parecer favorável, considerou a emenda "mais concisa e saneadora sob o ponto de vista constitucional" porque retira da proposta original a multa pecuniária de 10 salários mínimos, com o argumento de que a Constituição veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, segundo acrescentou.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

14h30 - Preside sessão plenária do Senado.

16h30 - Recebe o ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado.

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 28/93, que proíbe a cobrança de taxas de inscrição de candidatos em concursos públicos (em discussão) e "PLC nº 215/93, que altera a Lei nº 7.244/84, que dispõe sobre a criação e o funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas.

COMISSÕES

9h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.179/95, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional

Pauta: Exposição do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PECs nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; e nº 12/95, que promove a desapropriação, por

interesse social, de imóvel, para fins de urbanização, mediante prévia e justa indenização. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Infra-Estrutura e Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Audiência pública com o presidente da Codevasf, Ailton Lócio, que prestará informações sobre os objetivos do projeto para o desenvolvimento do semi-árido nordestino e do Vale do São Francisco. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA 5ª-FEIRA

10h - Comissão de Educação

Pauta: Projeto de LDB. Local: Sala de reuniões Senador João Calmon (15) - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Sabatina do ex-presidente da República, Itamar Franco, indicado para embaixador do Brasil junto à OEA, e de Fernando Pedreira, para embaixador junto à Unesco.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLC nº 45/94 (não terminativo), que dispõe sobre a necessidade de apuração de falta grave para dispensa de dirigente e representante sindical; "PLC nº 96/94 (não terminativo), que altera a Lei nº 7.998/90, que regula o programa do seguro-desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

O CASO SIVAM

Líder do PMDB rejeita investigação de "mexericos"

Jáder Barbalho quer apurar se houve ou não crime contra a administração pública e não "fococas" oriundas de escuta telefônica

Ao sustentar que, se há irregularidade no projeto Sivam, isso remonta à dispensa de licitação para a sua execução, o líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA) afirmou ontem que



Jáder Barbalho

a Casa não deve se dedicar agora a investigar "mexericos" oriundos de escuta telefônica. "Quero que seja investigado onde há crime contra a administração públi-

ca, não fococas que pretendem envolver pessoas de forma desleal", disse o líder.

O senador leu trechos do decreto de 1993 com que o então presidente da República, Itamar Franco, dispensou licitação para a escolha das empresas fornecedoras de equipamentos e gerenciadora do Projeto Sivam.

A partir do momento em que

o presidente dispensou o processo licitatório, na opinião de Jáder, "tudo passou a ser possível", pois o próprio governo anunciou a escolha da empresa gerenciadora - a Esca - e da empresa fornecedora dos equipamentos - a Raytheon.

Jáder solidarizou-se com o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), criticado por sua atuação como relator do projeto Sivam.

Para Ademir, Graziano pagou pelo que não fez

Lastimando que o governo até agora não tenha feito nada para punir os verdadeiros culpados pela crise do Sivam, o senador Ademir



Ademir

Andrade (PSB-PA) disse ontem que o ex-presidente do Inbra, Francisco Graziano, foi colocado no episódio como "um bode expiatório de toda a crise". Em sua opinião, o ex-presidente do Inbra devia estar "incomodando muitas pessoas no País e pagou pelo que não fez". O parlamentar disse esperar que o presidente da República nomeie agora para esse cargo alguém capaz de dar continuidade ao trabalho de Graziano.

Jefferson: Tráfico de influência é mais grave que grampo



Jefferson Peres

Reconhecendo a gravidade do comportamento dos responsáveis pela instalação de um

grampo nos telefones do embaixador Júlio César Gomes dos Santos, ex-chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) sustentou ontem que mais graves são os indícios de tráfico de influência cometido por pessoas do governo.

O grampo não deve nos afastar da questão principal, que é o tráfico de influência - disse o senador, discordando também do entendimento das lideranças peemedebistas de que o trabalho das três comissões do Senado que examinarão o caso deve limitar-se à questão técnica do Sivam. Jefferson Peres garantiu o empenho do PSDB no sentido de que "a nação tenha todos os esclarecimentos a respeito desse assunto".

Comissões devem analisar todos os aspectos do projeto

As três comissões do Senado encarregadas de examinar o Projeto Sivam deverão avaliar todas as circunstâncias e fatos nele envolvidos, afirmou ontem o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), para quem isso implica analisar a conveniência, a oportunidade, a atualidade e os valores referentes ao projeto. Ele entende que, no trabalho conjunto dessas comissões, a escuta é secundária.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou que, após os senadores ouvirem, no final da tarde de ontem, a gravação da escuta telefônica feita na casa do embaixador Júlio César Gomes dos Santos, o assunto se desdobrará no tratamento do tráfico de influência, do grampo e da qualificação do Sivam.

Presidente dos trabalhos de apreciação conjunta, que reúne os 57 titulares das Comis-

sões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle, Antonio Carlos reiterou que, "embora tenha ponto de vista pessoal", seu propósito é cumprir o que as comissões deliberarem.

Por sua vez, o senador Ernandes Amorim (RO) assegurou que o projeto Calha Norte seria suficiente para resolver o problema do controle das fronteiras na região Norte.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o caso Sivam exige uma comissão parlamentar de inquérito e informou que continua recolhendo as assinaturas necessárias à instalação de uma CPI.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) quis saber como foi decidida a apreciação conjunta do Sivam, tendo o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) informado que a medida resultou de deliberação das três comissões.



Josaphat

Lucena defende articulação para salvar reformas

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) alertou ontem para o fato de que o Congresso e os partidos de sustentação ao



Lucena

governo ainda dispõem de tempo para articular-se melhor e ter uma participação mais efetiva no processo de reformas por que passa o país.

"Muito mais importante do que ocupar altos cargos, para os partidos que fazem a base governamental no Congresso, é o engajamento no exame das políticas do Executivo e no encaminhamento das propostas encaminhadas ao Legislativo", enfatizou Lucena, apoiado pelos senadores Ney Suassuna e Ronaldo Cunha Lima, ambos também do PMDB da Paraíba.

Malan nega doação de recursos a bancos

Preocupação com o sistema financeiro e críticas ao socorro imediato aos bancos, negado a outros setores da economia, dominam os debates nas Comissões de Assuntos Econômicos e da MP 1.179

Gasto público com pessoal preocupa Ney Suassuna

Ao ler um editorial do jornal **O Globo** sobre o déficit da União, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) mostrou-se preocupado com o fato de que o superávit primário do orçamento brasileiro decresceu apesar do aumento registrado na arrecadação do governo.

Suassuna criticou os gastos com pessoal, que comprometem os orçamentos da União, estados e municípios, e diagnosticou que isso decorre do fato de que o país não aprendeu ainda a viver sem a espiral inflacionária.

Luiz Alberto leva pleito paraguaio ao governo



Luiz Alberto

O senador Luiz Alberto (PTB-PR), em contato segunda-feira com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, transmitiu o pedido de restabelecimento da cota de importação de 250 dólares na área de comércio paraguaio fronteira com o Brasil, feito por comitiva de senadores do Paraguai, durante visita oficial ao Congresso brasileiro. O senador paranaense também manteve contato com o secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, e com o Itamaraty.



Malan depõe na reunião presidida por Miranda e Suassuna.

Estados perdem com a reforma, alerta Mauro

A proposta de federalização do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias), prevista na reforma tributária do governo, representaria a "cassação da autonomia dos estados no processo de criação de mecanismos próprios para investimentos", advertiu ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao se manifestar contra a transferência do



Mauro Miranda

Arraes propõe devolução do fundo

Os recursos constitucionalmente destinados aos estados, municípios e fundos regionais devem ser previamente deduzidos do Fundo de Estabilização Financeira (FEF). Além disso, as perdas acumuladas por eles com o Fundo Social de Emergência, denominação anterior do FEF, devem ser devolvidas pelo governo federal. As duas propostas foram defendidas ontem pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes,

tributo para a União.

De acordo com o senador, a mudança causaria grande prejuízo para Goiás, "provocando o fracasso do programa Fomentar, criado para promover a industrialização do interior do estado através de incentivos fiscais. "O ICMS é o único imposto de peso que a Constituição atribuiu aos estados, não há substituto", alertou.

durante audiência com o presidente do Senado, José Sarney. Os senadores Ademar Andrade (PSB-PA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) acompanharam o governador.

As propostas serão apresentadas pelo senador Ademar Andrade como emendas à matéria de iniciativa do governo, que tramita no Senado e já foi aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados.

Ao depor em audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão Mista que examina a Medida Provisória nº 1.179, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, garantiu que não haverá doação de recursos públicos para o saneamento de bancos.

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, que acompanhou o ministro, revelou aos senadores que enviaram requerimentos de informações ao BC que, após o recadastramento nacional, foram bloqueados 9,52 milhões de contas, com um valor total de R\$ 1,6 bilhão.

Durante os debates, o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) e a senadora Júnia Marise (PDT-MG) manifestaram-se preocupados com a situação do sistema financeiro, tendo Loyola assegurado que os problemas existentes são isolados.

A propósito das críticas que vêm sendo feitas à MP 1.179, que segundo o senador Esperidião Amin (PPB-SC) tornou-se mais conhecida como a "MP da Madrugada", por ter "nascido" à 0h45 do sábado 3 de novembro último, o ministro da Fazenda afirmou que tudo não passa de um equívoco. Segundo Malan, um vazamento de informação obrigou o governo a antecipar a publicação da medida, prevista para uma segunda-feira.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Requião (PMDB-PR) afirmaram que o governo agiu com muito mais prontidão quando se tratou de socorrer os bancos, do que com relação a outros setores como a agricultura e a indústria, que também estão na crise.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edison de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Mircia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.